



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639950 - BA (2021/0012245-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : MUZIO SCEVOLA MOURA CAFEZEIRO  
**ADVOGADO** : MUZIO SCEVOLA MOURA CAFEZEIRO - BA016761  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : ARLLEN COSTA MARQUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de ARLLEN COSTA MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8000203-73.2021.8.05.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 29/12/2020, pela suposta prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, cuja prisão foi posteriormente convertida em preventiva.

O impetrante sustenta tratar-se de hipótese de abrandamento da Súmula n. 691 do STF.

Alega que haveria constrangimento ilegal na espécie, haja vista que a prisão teria se dado mediante tortura, o que estaria demonstrado no laudo juntado aos autos.

Assevera a ilegalidade na ausência de realização de audiência de custódia, que seria essencial para a legitimação da prisão.

Aduz que o decreto preventivo careceria de elementos concretos, e não teria demonstrado a existência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Entende que, ante as circunstâncias pessoais do agente, e a Recomendação CNJ n. 62/2020, o paciente faria jus à substituição da segregação por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ou a substituição por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.  
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM  
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020  
DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME  
VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE  
DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE  
AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.*

*INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, considerando os fundamentos explicitados pelo Desembargador relator que pontuou, “*Malgrado as razões expostas na impetração, constata-se a imprescindibilidade de um exame aprofundado das questões de fato e direito apresentadas, para verificação de que o constrangimento ilegal estaria configurado. Ademais, no caso, o objeto da liminar se confunde com o próprio mérito do presente, sub examine writ que deve ser apreciado quando do julgamento definitivo, resguardando-se à análise do órgão colegiado*”(fl. 105).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência